



## **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **I. INTRODUÇÃO**

1. O crescimento acelerado das cidades, bem como as mudanças no consumo dos cidadãos são fatores comuns aos municípios, e vem gerando resíduos distintos daqueles que as cidades produziam há trinta anos. Os Resíduos Sólidos Urbanos – RSU, no que confere a sua composição, é diferente em quantidade, qualidade e volume comparado com o de décadas anteriores.
2. Cada vez mais a população dos municípios brasileiros concentra-se nas cidades. Assim, é quase impossível encontrar uma cidade que não enfrente problemas com a gestão dos resíduos.
3. Muitas vezes, soluções para o gerenciamento do lixo são apresentadas como soluções mágicas. Na verdade, muita coisa está, por assim dizer, simplificada: dados importantes são esquecidos e determinadas vantagens são exageradas, de modo fantasioso.
4. Uma inovação na gestão do lixo, que acabe se tornando um fracasso, causa grande prejuízo para a comunidade e para a administração.
5. Junto com uma decisão mal pensada, ótimas ideias são descartadas e as soluções para o problema do lixo acabam voltando à estaca zero.
6. Da totalidade dos municípios brasileiros, muitos têm conseguido soluções satisfatórias do ponto de vista ambiental e econômico. Ao contrário de ser desanimador, os exemplos conhecidos mostram que há soluções possíveis, mesmo diante de crises e transformações existentes no País.
7. Os exemplos de sucesso envolvem municípios grandes e pequenos, agrícolas e industriais.
8. Na elaboração deste Termo de Referência e do CADERNO I MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL procurou-se enfocar os principais aspectos que, direta ou indiretamente, influenciam na execução dos serviços, e apresentar de forma resumida e objetiva, as características próprias dos referidos serviços, as condicionantes mais significativas que estarão sujeitas e a organização, metodologia e programas que a empresa deverá adotar.
9. Estão contidos, também, as matérias descritivas, complementadas com tabelas e elementos gráficos, abrangendo todos os pré-requisitos contidos no edital de licitação.
10. Por fim, este termo tem por objetivo fixar as diretrizes de execução dos serviços de limpeza pública e gestão de resíduos sólidos no Município de MARÍLIA, sendo condição básica e mínima para se executar com perfeição os serviços o conhecimento da área de atuação e seus particulares problemas.

### **II. DA JUSTIFICATIVA**

1. O presente Termo de Referência, parte do EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº \_\_\_\_/2025, tem por objeto a OUTORGA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP), na modalidade concessão administrativa, para a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS COM TECNOLOGIAS DE



RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA DAS FRAÇÕES SECA (GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE) E ÚMIDA (BIODIGESTÃO) PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) ANOS.

2. A Concessão Administrativa se regerá pelo disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021; Artigo 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995, no disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 9.074, de 7 de Julho de 1995; Decreto n.º 8.428 de 02 de Abril de 2015; Lei Federal 11.079, de 30 de Dezembro de 2004; Lei Federal nº.11.445 de 05 de janeiro de 2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Lei Federal nº. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Lei 9.278, de 26 de Junho de 2025).

3. Um dos maiores problemas dos municípios brasileiros, do menor ao de maior porte, é a execução dos serviços de limpeza urbana em seus diversos aspectos.

4. Os serviços de limpeza urbana ou gestão dos resíduos sólidos estão englobados dentre as atividades de saneamento básico, cuja atenção vem sendo redobrada nos últimos anos, especialmente após a edição da Lei Federal n.º 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

5. Em que pesem serem os serviços de saneamento básico uma atribuição comum de todos os entes federativos, a regra geral é que os serviços de limpeza urbana sejam de titularidade dos municípios, devido à atribuição constitucional cravada no artigo 30, V, da Carta Magna, que estabelece:

*Art. 30 – Compete aos Municípios: (...)*

*V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;*

6. Assim, o município de Marília é responsável por avaliar a necessidade dos serviços públicos locais, dentre eles, o de limpeza urbana, organizando e promovendo a execução, em prol da população.

7. A relevância dos serviços de limpeza urbana é evidente, especialmente porque esses serviços são intimamente interligados à saúde pública, ao meio ambiente equilibrado e sustentável, à dignidade da pessoa humana, e a outros valores constitucionais e legalmente relacionados, de igual importância.

8. O Município de Marília, atendendo a legislação vigente, elaborou o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, realizando suas revisões periódicas com a revisão e aprovação da Lei Municipal 9.278, de 26 de Junho de 2025. A recente revisão do documento define novas metas para a gestão dos resíduos sólidos, bem como traça algumas premissas fundamentais para se alcançar a longo prazo, uma gestão sustentável do ponto de vista econômico e ecologicamente adequada.

10. A definição de atitudes simples como a ampliação do sistema de compostagem dos resíduos orgânicos e a reciclagem dos resíduos secos, bem como a introdução de tecnologia para aproveitamento energético do RSU, reduz consideravelmente o volume final dos resíduos enviados para o aterro sanitário, que é uma das principais metas que o Município busca alcançar. Prolongar a vida útil de um aterro sanitário, fazendo com que sua operação para a deposição de materiais (que não possíveis reciclar, tratar ou aproveitar – “rejeitos”)



seja prolongada no tempo, evita, a médio e longo prazo, dispêndios extremamente onerosos com o licenciamento de novas áreas ou contratação de empreendimentos desse tipo fora do Município.

11. Considerando ainda que uma das condições fundamentais para o sucesso do empreendimento consiste nas definições e combinações de tecnologias, o que implica em riscos pertinentes ao investimento privado, bem como o fato de que a amortização dos investimentos se daria em prazo seguramente superior a 30 (trinta) anos, surge a necessidade de celebração de contratos de longo prazo.

12. O Município entende que atraindo investimentos privados será possível atingir metas atualmente inalcançáveis e implantar um sistema de gestão integrado totalmente reformulado, atendendo, assim, a legislação em vigor. Além do mais, estas medidas propiciam a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, atendendo a máxima constitucional prevista no artigo 225, da Carta Magna.

13. A possibilidade de associação entre o setor privado e o setor público encontra arrimo na Lei Federal nº. 12.305/2010, no seu artigo 7º, inciso VIII, e artigo 8º, inciso VI, conforme abaixo:

*Art. 7º - São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:*

*(...)*

*VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;*

*Art. 8º - São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:*

*(...)*

*VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;*

14. Constata-se que a lei instituidora do Plano Nacional de Resíduos Sólidos define como instrumento para a obtenção de novos métodos e tecnologias para gestão dos resíduos a união entre o poder público e o setor privado.

15. Trata-se da potencialização dos recursos públicos e privados com o afã de ampliar a eficácia dos serviços de limpeza urbana, criando uma gestão integrada do processo de resíduos sólidos, acumulando-se investimentos pecuniários imprescindíveis à consecução de um novo sistema.

16. Evidentemente que o poder público, com seu orçamento regular, teria dificuldades em realizar investimentos de tão grande monta, como por exemplo, para a implantação de usina de tratamento e aproveitamento/transformação energética dos resíduos sólidos urbanos do Município de Marília, mediante a aplicação das tecnologias de GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE e/ou pirólise.

17. Ao lado disto, é imprescindível o investimento pecuniário para o pretendido sistema integrado, com a adoção de medidas e equipamentos mais modernos e evidentemente mais



onerosos, mas que em contrapartida trarão mais eficiência e qualidade ao sistema. Tais medidas, certamente, não poderiam ser sustentadas exclusivamente pelo município de MARÍLIA, dadas as grandes proporções que a estrutura delineada exigirá.

18. Neste contexto, a Municipalidade avaliou as possibilidades cabíveis para a consecução da contratação de novo modelo de gestão dos resíduos sólidos, com ênfase para a implantação de tecnologia de aproveitamento/transformação energética dos resíduos sólidos urbanos, através da aplicação das tecnologias de GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE e/ou pirólise, com o pagamento de preço por tonelada tratada, e verificou que a alternativa que melhor se apresenta é a realização de uma concessão administrativa.

19. O empreendimento demanda a criação, edificação, ampliação ou modificação de infraestrutura pública, necessitando de investimentos significativos do poder público para o atendimento das necessidades da coletividade. Frente à necessidade de recursos, cabe ao poder público atrair parcerias com capacidade tecnológica e de investimento para viabilizar o empreendimento.

20. A concessão administrativa se insere nesta realidade por atrair o interesse do setor privado em investir recursos em um sistema inovador no país, em consonância com a realidade mundial de tratamento de resíduos sólidos.

21. Com recursos financeiros advindos do setor privado, cujo poder de investimento e aplicação é imediato, torna-se possível a implantação do novo modelo, revolucionando as técnicas atualmente aplicadas, bem como em pleno atendimento ao interesse público e adequação à legislação vigente.

22. Considerando um novo modelo de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos que requer inovação tecnológica permanente e a busca de resultados eficazes, caberá ao setor privado, por sua conta e risco, a escolha de tecnologias e processos de forma a obter o maior ganho de eficiência.

23. Considerando, por fim, a necessidade de gestão ágil, capaz de acompanhar as inovações tecnológicas do setor e o aporte de recursos, a parceria entre o setor público e o setor privado mostra-se o arranjo mais adequado para o empreendimento proposto.

24. Pelo exposto, com fundamentação nos estudos técnicos elaborados, que compõem o processo administrativo de contratação, expressas estão as razões que levaram o poder executivo do município de Marília a optar pela contratação de PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP), para outorga dos serviços descritos neste termo, na modalidade concessão administrativa.

### **III. DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA – PPP**

1.A adoção do modelo de concessão administrativa para a implementação, operação e manutenção de projetos envolvendo sistemas de coleta, aproveitamento energético de resíduos sólidos domésticos e industriais, disposição e destinação final de rejeitos dos resíduos sólidos constitui matéria consolidada no E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

2. Trata-se de objeto que é projetado para ser executado dentro de uma perspectiva de longo prazo, acabando por assim associar o aporte de vultosos recursos financeiros, seja no lado



dos investimentos atribuídos ao parceiro privado, seja no que se refere às contrapartidas do Poder Público.

3. Para este procedimento licitatório se impõe, para uma isonômica seleção do parceiro privado, a disponibilidade de diferentes elementos de natureza técnico-financeira como pressuposto de validade do próprio processo de escolha.

4. Na licitação destinada à contratação de PPP, a análise vai para além do primeiro plano, demandando angulação aberta o bastante para dimensionar o empreendimento no conjunto das parcerias em vigor, tendo em vista os impactos orçamentários e de responsabilidade fiscal que o negócio pode gerar.

5. A tendência natural é que a geração de resíduos urbanos de uma cidade apresente curva crescente, que com igual comportamento define a ampliação dos dispêndios operacionais, notadamente para a manutenção de áreas de aterro, implicando, no limite, a saturação do sistema. Tratando-se de atividades que se protraem no tempo, sem solução de continuidade, a outorga dos serviços a particular sob o modelo da PPP representa oportunidade de inflexão dessa curva.

6. Este Termo de Referência, nesse aspecto, busca demonstrar que a implementação de atividades e serviços ora não explorados ou inexistentes no processo atual pode bastar para tornar os custos operacionais e contrapartidas decrescentes no longo prazo, na proporção direta, inclusive, da redução gradual do volume de resíduos gerado e tratado no Município com o passar dos anos.

7. A PPP, por isso, dentre outros, incrementa o sistema com a ampliação da coleta seletiva porta a porta, com o manejo adequado dos resíduos da construção civil e subprodutos, com o tratamento e aproveitamento energético dos resíduos da coleta domiciliar, com a adoção de medidas concretamente voltadas à educação ambiental, além da geração de receitas a partir da produção de combustível derivado de resíduos ou da reciclagem, consolidando um cenário que iria além da objetiva apuração da redução da despesa pública.

8. A inclusão do tratamento e aproveitamento energético dos resíduos, sistema que faz parte do conjunto de investimentos da futura concessionária no âmbito da planta de tratamento dos resíduos e que configura tecnologia de amplo conhecimento, é destinada ao enfrentamento de questão crucial, consistente na destinação final e eliminação de rejeitos. Conseguir prolongar a vida útil do aterro sanitário, fazendo com que sua operação para a deposição de materiais (que não possíveis reciclar, tratar ou aproveitar – “rejeitos”) seja prolongada no tempo, não precisando fazer uso de uma nova área para essa finalidade, é o cerne desse modelo operacional, pois evita dispêndios extremamente onerosos a médio e longo prazo à Municipalidade.

9. Ademais, todo o modelo proposto está alinhado com o plano revisado de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos vigentes no Município, bem como demonstra viabilidade econômico-financeira do empreendimento, condição sem a qual não se poderia ofertar ao mercado tal formato de investimento.

10. Sobre esse pressuposto específico, a proposta de concessão administrativa está suficientemente justificada. Conforme análise do preceito do artigo 4º da Lei nº 11.079/04,



que ao estabelecer as diretrizes da contratação de parcerias público-privada refere não só à responsabilidade fiscal (inciso IV), mas também à sustentabilidade financeira e vantagem socioeconômica do projeto (inciso VII), resta demonstrado pelos estudos aqui integrantes que no prazo de vigência pactuado a parceria possibilitará a amortização de investimentos e o adimplemento de metas, conforme condições de mercado (do lado do investidor, taxa de retorno do investimento e, do lado do Município, “*value for money*”).

11. De igual modo, o grau de comprometimento da receita corrente líquida, assunto sobre o qual o Poder Público não pode se esquivar no âmbito das PPPs, por força do artigo 28 da Lei 11.079/04, estaria dentro do limite imposto, vejamos:

12. Em geral, grande parte das despesas com custeio envolvidas nos contratos de PPP já se incluem no rol de despesas usuais da Administração. Assim, apenas devem ser contabilizadas no limite de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL), as despesas de custeio envolvidas em contratos de PPP que excederem as despesas já anteriormente praticadas pelo ente concedente.

13. Isso porque apenas as despesas excedentes às usualmente praticadas pela Administração são aquelas autenticamente originadas em contratos de PPP, dando origem a um novo comprometimento do orçamento público. As despesas que já são realizadas pelo Poder Concedente com a prestação dos serviços não podem ser consideradas originadas (ou melhor “derivadas”) do contrato de PPP. No caso específico do Município de Marília, a prestação de serviços já é realizada por terceiros contratados na forma tradicional, e as despesas derivadas desta contratação já se encontram inicialmente previstas e inscritas no orçamento.

14. Nesse sentido, parecer no processo de consulta do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul no TC /7459/2019, sob a relatoria do Conselheiro Waldir Neves Barbosa:

EMENTA: CONSULTA – PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS – ARTIGO 28 DA LEI Nº 11.079/2004 – LIMITE DE COMPROMETIMENTO DO PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – FORMA DE CONTABILIZAÇÃO – **COMPUTADAS AS DE CONSÓRCIO/SPE EFETIVAMENTE NOVAS** – CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – NÃO INCLUSÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.

15. Para efeitos de apuração do limite de comprometimento do percentual da Receita Corrente Líquida (RCL), previsto no art. 28 da Lei nº 11.079/2004, ressalvado o que dispõe o artigo 25 do mesmo normativo, que confere à Secretaria do Tesouro Nacional prerrogativa de edição de normas gerais relativas à consolidação das contas públicas aplicáveis aos contratos de Parceria Público-Privada, **devem ser computadas apenas as despesas efetivamente novas, isto é, as que venham onerar adicionalmente o ente público a partir da concessão da atividade nos casos em que as Parcerias Público Privadas (PPPs) substituírem serviços já prestados pelo poder público.**

16. Porém, isso só será viável se for possível identificar, ainda na fase de modelagem, o montante de recursos aplicados pelo poder público na atividade a ser concedida. A Administração Pública deve fazer uso de estudos de viabilidade para auferir a sustentabilidade do serviço ou obra a ser concedido (Lei Federal nº 8.987/1995, art. 21), sobretudo na identificação das despesas que onerem adicionalmente o Estado a partir da



concessão da atividade. É indispensável que, dos registros contábeis, resulte a disponibilização de informações com elevado grau de clareza, sistematicidade e desagregação. Se não for possível distinguir as despesas já incorridas pelo ente público das despesas efetivamente produzidas a partir da delegação do serviço público ou da atividade administrativa, por meio do contrato de parceria público-privada, deverão ser contabilizadas no limite de comprometimento da RCL, sem qualquer distinção, todas as despesas referentes aos projetos de PPPs contratados.

17. Importante destacar, nesse contexto, que no modelo proposto a remuneração do concessionário pela execução dos serviços destina-se, tão somente, ao custeio dos gastos operacionais envolvidos no projeto (OPEX), não havendo contrapartida do Município para a cobertura dos investimentos (CAPEX) efetuados pelo parceiro privado a suas expensas.

18. Neste modelo de PPP, por ser um contrato complexo, traz explícita a matriz de risco com reflexão dos principais riscos do projeto (Anexo VI do Edital). A fim de obter a maximização da eficiência econômica do contrato, alocou-se cada risco à parte que tem melhor condição de gerenciá-lo: isto é, à parte que poderá mitigá-lo, tomar as medidas para prevenir a ocorrência de eventos gravosos ou remediar as suas consequências, e incentivar a realização dos eventos benéficos relacionados a tal risco, tudo isso com o menor custo possível. Os riscos foram alocados à parte que a um custo mais baixo pode reduzir as chances do evento indesejável se materializar ou de aumentar as chances do evento desejável ocorrer. Esse critério leva em conta a capacidade das partes de adotar ações preventivas para evitar eventos indesejáveis ou incentivar a ocorrência dos eventos desejáveis.

19. Com fundamento na matriz de risco, estabeleceu-se cláusula contratual com a fórmula de reajuste da contrapartida do Poder Público, a qual prevê que a variação do preço mensalmente devido pela Administração à concessionária será medida a partir de duas variáveis relevantes na composição dos custos globais (mão de obra e óleo diesel), agregadas por índice geral de preços apurado a partir de metodologia de reconhecida validade (IGP-M), conferindo, assim, idoneidade ao modelo que se propõe.

Por fim, a concessão administrativa também funciona como elemento de desoneração do orçamento público, porquanto transfere à concessionária, aqui mediante contraprestações financeiras, investimentos e custos de operação do serviço concedido, sendo natural, portanto, que tal parceiro conte com autonomia técnico-financeira suficiente para propor a forma de gestão do empreendimento que, atendendo sua perspectiva de lucro, convirja na direção do interesse público envolvido. Esse, talvez, um dos mais evidentes contrapontos que a concessão administrativa oferece ao processo de licitação e contrato tradicionais.

20. Portanto, o modelo proposto, embora com os estudos representativos nos anexos do Edital, especialmente àquele que define modelo econômico-financeiro e plano de negócios, permite que a concessionária defina com a autonomia característica que esse tipo de negócio exige, o modo de gestão para o empreendimento que atenda aos seus interesses, bem como a preservação do interesse público.

#### **IV. DO OBJETO DA CONCESSÃO**





1.O objeto da presente licitação é a OUTORGA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP), na modalidade concessão administrativa, para a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS COM TECNOLOGIAS DE RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA DAS FRAÇÕES SECA (GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE) E ÚMIDA (BIODIGESTÃO) PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) ANOS, compreendendo: o recebimento dos resíduos sólidos domésticos em área de transbordo para segregação e trituração (tratamento) do saco de lixo para separação da fração úmida (orgânicos) e encaminhamento para o processo de biodigestão para geração de biogás e reforma para obtenção do biometano e outros possíveis produtos, na sequência a fração seca resultante do processo de segregação poderá ser utilizada no processo de GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE para gerar energia elétrica ou ser disponibilizada para carregamento, transporte e destinação para o Aterro Sanitário licenciado por parte da empresa de coleta contratada pela Prefeitura de Marília, proporcionando uma economia de até 30% sobre o custo de disposição da fração seca, e de até 50% sobre o custo do tratamento da fração úmida contida no saco de lixo, bem como proporcional reflexo no custo evitado com transporte e pedágio.

2. A licitante vencedora deverá constituir-se em Consórcio - CONSÓRCIO/SPE, antes da assinatura do contrato de concessão, na modalidade administrativa.

A presente contratação estabelece novos parâmetros de qualidade e eficiência para os serviços, além de um sistema de avaliação e gestão que permite flexibilidade, adaptabilidade às condições locais e a constante incorporação de novas técnicas e tecnologias. Ademais o projeto atende aos parâmetros e diretrizes de um sistema ambientalmente correto.

A descrição dos serviços, contida neste Termo de Referência, visa auxiliar as licitantes no desenvolvimento de suas propostas, descrevendo os serviços mínimos a serem executados.

3. O valor máximo estimado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA para efeito desta contratação é de R\$ 1.980.000,00 (UM MILHÃO, NOVECIENTOS E OITENTA MIL REAIS) POR ANO MULTIPLICADO POR 30 ANOS COM RESULTADO NO IMPORTE DE R\$ 59.400.000,00 (CINQUENTA E NOVE MILHÕES E QUATROCENTOS MIL REAIS), corresponde à estimativa de receitas a serem obtidas com a CONTRAPRESTAÇÃO pelo prazo do CONTRATO.

4. A contrapartida do Município é justamente o pagamento da contraprestação pecuniária ao longo do contrato de concessão administrativa, o qual ao final do prazo 30 anos, os bens e equipamentos necessários à continuidade da prestação devem reverter ao Município sem custo adicional.

5. Nos termos do artigo 5º, inciso IX, da Lei nº 11.079/2004, combinado com o artigo 35 da Lei nº 8.987/1995 e artigo 103 da Lei nº 14.133/2021, ao término do prazo contratual de 30 (trinta) anos, todos os bens e equipamentos vinculados à prestação dos serviços objeto desta PPP reverterão ao Município, em perfeitas condições de uso e operação, sem qualquer ônus adicional."





6.O presente contrato de Parceria Público-Privada terá vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da Ordem de Início da Operação, incluídos os períodos de implantação, operação e manutenção.

7.Observado o disposto no artigo 5º, inciso I, da Lei nº 11.079/2004, poderá o prazo de vigência ser prorrogado uma única vez ou sucessivamente, até o limite máximo de 35 (trinta e cinco) anos, incluídas as prorrogações, desde que:

I – Haja prévia justificativa de interesse público;

II – Seja necessária para garantir a adequada continuidade da prestação do serviço público;

III – se demonstre vantajosidade para a Administração Pública, em comparação a nova licitação;

IV – Seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.987/1995 e do artigo 10 da Lei nº 11.079/2004.

6.A prorrogação dependerá de autorização expressa do Poder Concedente, mediante decisão fundamentada, e deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, respeitado o limite máximo de 35 (trinta e cinco) anos, conforme previsto em lei.

7.Findo o prazo contratual, sem que haja nova prorrogação, o contrato será considerado extinto, operando-se a reversão ao Município de todos os bens e equipamentos vinculados à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, sem ônus adicional, nos termos do artigo 35 da Lei nº 8.987/1995 e do artigo 5º, inciso IX, da Lei nº 11.079/2004.

**OBSERVAÇÃO: AS UNIDADES E QUANTIDADES CONTANTES DO DRE CONTIDO NO CADERNO II – MODELAGEM ECONÔMICO FINANCEIRA DEVERÃO SER RATIFICADAS PELA PREFEITURA DE MARÍLIA**

A quantidade acima indicada é estimada, podendo haver variação ao longo do CONTRATO, que será tratado, se o caso, nos termos do contrato.

A LICITANTE apresentará em suas PROPOSTAS COMERCIAIS os valores unitários globais, que, após medição, serão calculados mensalmente a fim de se obter o valor total da CONTRAPRESTAÇÃO.

Será desclassificada a PROPOSTA COMERCIAL que apresentar valor unitário superior ao quanto indicado neste Termo de Referência.

**V. DAS ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. O Município de Marília, com uma população estimada em 246.627 (duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e vinte sete) habitantes (IBGE, 1º de julho de 2024), Marília destaca-se como um polo regional em desenvolvimento. Sua densidade demográfica é de aproximadamente 203,01 habitantes por km², refletindo uma urbanização significativa.). Estima-se uma geração diária de resíduos domésticos em 200 (duzentas) toneladas por dia geradas e coletadas em 26 dias, segundo o *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil*, publicado pela Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA) em 2024.

2. A concessionária deverá implantar e operar uma UNIDADE DE RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA - URE para o recebimento e o reaproveitamento energético dos resíduos sólidos



domésticos coletados dos resíduos com geração de energia elétrica e/ou biogás e/ou biometano e/ou combustível sustentável de aviação - SAF, com a aplicação das tecnologias de GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE, pirólise e/ou biodigestão.

3. A destinação final dos rejeitos deverá ser feita em aterro sanitário licenciado por órgão de controle competente, sob responsabilidade da concessionária.

4. As informações e diretrizes detalhadas dos serviços de tratamento e disposição final dos RSU constam dos CADERNOS TÉCNICOS ANEXOS A ESSE TERMO DE REFERÊNCIA.

## **VI. DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ROTAS TECNOLÓGICAS DE TRATAMENTO DOS RESÍDUOS**

1. O modelo proposto que subsidiou os estudos da presente CONCESSÃO é o de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, bem como o atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial o artigo 9º que estabelece que a ordem de prioridade deverá ser: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

2. Dessa forma a LICITANTE VENCEDORA deverá instalar solução de tratamento dos resíduos urbanos para o aproveitamento energético de resíduos seja efetuado, antes dos resíduos serem encaminhados para aterro sanitário, conforme preconizado na Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, para que ao longo do prazo do CONTRATO, somente os rejeitos não aproveitados pela Unidade de Recuperação Energética (URE) serão destinados para um ATERRO SANITÁRIO licenciado, nos termos e especificações abaixo descritas e constantes dos Cadernos Técnicos anexos.

3. A nova concepção do sistema de limpeza urbana definida pela recente legislação estadual e federal tem como diretriz o tratamento diferenciado e específico para cada tipo de resíduo e a meta de aproveitamento das frações seca (GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE) e orgânica (biodigestor) contidas nos resíduos sólidos domésticos, destinando aos aterros sanitários somente resíduos não aproveitados energeticamente. Na implantação dessas políticas em Marília por meio do novo modelo de sistema integrado, o município apresenta a proposição de um sistema de processamento e aproveitamento de resíduos com base na valorização por meio da recuperação, reciclagem e aproveitamento energético.

4. Para a complementação do novo modelo no município de Marília é proposto o Tratamento com Reaproveitamento Energético das frações seca (GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE/pirólise) e orgânica (biodigestor) contidas nos resíduos sólidos domésticos.

5. A implantação dessa tecnologia está de acordo com as recentes políticas do setor, e em especial com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010. Em seu artigo 3º, a Política entende como destinação final ambientalmente adequada as seguintes atividades:

*VII - ....destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.*



6.O artigo 7º da referida Lei, apresenta entre outros objetivos, o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético.

7. A Portaria Interministerial nº 274/19 disciplina a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, em atendimento ao § 1º do art. 9º da Lei nº 12.305/2010 e ao art. 37 do Decreto nº 7.404, também de 2010. A portaria reconhece a recuperação energética dos resíduos como uma das formas de destinação final ambientalmente adequada.

8. A legislação ambiental do Estado de São Paulo – Lei Estadual 12.300/2006, regulamentando o processo de licenciamento ambiental para este tipo de empreendimento - Resolução SMA 079/2009 - define as unidades de recuperação de energia - a partir do tratamento térmico de resíduos sólidos, como tecnologias mitigadoras no enfrentamento do aquecimento global e também como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo pelo Comitê Executivo da Convenção Quadro da ONU - Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Executive Board - UNFCCC).

9. A implantação desse sistema, entre outros benefícios ambientais, deverá contribuir com as metas de redução de emissão de gases de efeito estufa, contribuindo com as medidas de combate ao aquecimento global, e com as metas definidas nos compromissos do País e do Estado de São Paulo no Protocolo Internacional de Copenhagen.

10. A Resolução SMA 079/2009 também aponta que a utilização dos resíduos sólidos urbanos como fonte de energia renovável, além de agregar valor a esses materiais, minimiza os efeitos adversos de sua disposição direta no solo e evita o transporte de resíduos a longas distâncias. A Resolução destaca a necessidade da adoção de alternativas sustentáveis principalmente em Regiões Metropolitanas como do Estado de São Paulo, onde o volume de resíduos gerado é muito elevado e a disponibilidade de áreas é quase inexistente.

11. Da mesma forma, a Lei Estadual de São Paulo n.º 12.300/2006 e seu Decreto Regulamentador n.º 54.645/2009, trazem como princípios fundamentais "...*minimização de resíduos por meio de incentivos às práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem, redução e recuperação...*".

12. Unidades de aproveitamento energético são comumente utilizados em vários países para tratamento dos resíduos sólidos urbanos devido à demanda por fontes limpas de energia, à densidade populacional elevada - e sua consequente geração de resíduos - e à falta de áreas para instalação de aterros sanitários. Metas de redução para encaminhamento aos aterros sanitários e o aproveitamento energético dos resíduos são diretrizes definidas pela Comunidade Europeia para o enfrentamento dos impactos ambientais da disposição de resíduos sólidos e a demanda por energia.

13. Esses sistemas vêm sendo implantados e aperfeiçoados em países como Holanda, Alemanha, França, e mais recentemente, na Espanha, Itália e Portugal. Da mesma forma essa é a principal solução adotada no Japão e outros países asiáticos. Nos Estados Unidos, a diretriz de aproveitamento energético vem sendo desenvolvida e aprimorada pela EPA – *Environmental Protection Agency*, e utilizada na maioria dos estados americanos.



14. Essas alternativas, implantadas em diversas partes do mundo, obedecem a legislação rigorosa e específica para controle de poluição, sistema este que vem sendo aperfeiçoado nas últimas décadas. O avanço do controle de emissão de gases resultantes do processo permite a implantação desses empreendimentos, inclusive em áreas centrais de importantes cidades, como é o caso de Viena na Áustria, de Paris na França, dentre outros.

15. Os avanços tecnológicos permitem, também, um significativo ganho de eficiência energética nesses processos e sua adaptação às características específicas dos resíduos gerados em diferentes países, como no caso do Brasil. Para o país, a implantação de um novo modelo de gestão com recuperação e aproveitamento de resíduos, apresenta-se como estratégia para a mitigação dos impactos dos aterros sanitários, especialmente nas metrópoles brasileiras que vivenciam a escassez de áreas para disposição final e os custos crescentes dessa atividade, além de possibilitar novas perspectivas no desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

16. Além disto, são recorrentes e atuais os temas referentes ao aquecimento global, à degradação ambiental e os desequilíbrios socioeconômicos, colocando o meio ambiente na pauta da discussão mundial. Quanto aos resíduos, essa situação impõe, dentre outros aspectos, uma nova gestão e manejo considerando as práticas de minimização, recuperação, aproveitamento e valorização dos materiais, com vistas à redução da quantidade destinada aos aterros sanitários e a promoção da reciclagem, da inclusão social com geração de renda e da recuperação energética.

17. Todos os equipamentos, instalações e sistemas deverão estar em conformidade com a Resolução CONAMA n.º 316, de 29 de outubro de 2002, a Resolução SMA 079 de 04 de novembro de 2009, ou outra que vier a substituí-la ou complementá-la.

18. Para a implantação desse sistema deverão ser atendidos os princípios e diretrizes da Resolução CONAMA n.º 316, de 29 de outubro de 2002, sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos, bem como a Resolução SMA 079 de 04 de novembro de 2009, que estabelece diretrizes e condições para a operação e o licenciamento da atividade de tratamento térmico de resíduos sólidos.

19. A elaboração do modelo operacional (plano de trabalho) pela licitante vencedora deverá estar em consonância com os CADERNOS TÉCNICOS anexos a esse Termo de Referência, bem como possuir os seguintes parâmetros mínimos:

Tratamento de até 200 (duzentas) toneladas/dia, com previsão de ampliação para atender a demanda do município estimada no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos revisado e aprovado pela Lei 9.278/2025.

20. O equipamento deverá estar projetado para recebimento de resíduos durante 335 dias/ano, contemplando as paradas de manutenção necessárias.

21. Garantido pelo município a destinação dos resíduos sólidos domiciliares pelo período de 30 (trinta) anos, será de responsabilidade da licitante a projeção da quantidade de resíduos a ser tratada durante o período de vigência do contrato, considerando-se o crescimento populacional, a geração *per capita* dos resíduos domiciliares do município, observadas as condições estabelecidas no Edital e anexos.



22. Para o licenciamento ambiental, será de responsabilidade da licitante vencedora elaborar estudos ambientais com o objetivo de atendimento ao Termo de Referência, Cadernos Técnicos e CADERNO I MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL para instrução de processo de solicitação de licença prévia, bem como elaboração de projeto executivo para instrução do processo de solicitação de licença de instalação e operação dos equipamentos de reaproveitamento energético de resíduos, para transformação em energia elétrica, biogás/biometano e vapor a partir de resíduos sólidos domésticos em suas frações energéticas (papel, papelão, plásticos, madeira, têxteis, etc.) e orgânicas, sempre com a contribuição e apoio institucional por parte da Prefeitura de Marília.

23. Caberá à LICITANTE vencedora desenvolver, às suas expensas, os projetos exigidos pelos órgãos ambientais para obtenção da Licença de Instalação e Licença de Operação.

24. Será de responsabilidade da licitante vencedora o atendimento às exigências ambientais constantes do licenciamento, bem como todas as exigências de mitigação e compensação ambiental eventualmente definidos pelo órgão ambiental competente, desde que inerentes a nova atividade que será instalada no empreendimento em comento.

25. A municipalidade deverá realizar a fiscalização, controle e gestão do processo de licenciamento ambiental, podendo auxiliar e intervir nos trâmites processuais, no que lhe couber.

26. As diretrizes ambientais e diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento objeto desta parceria público-privada, em observância ao artigo 10, inciso VII, da Lei nº 11.079/2004, estão dispostas no ANEXO VIII do edital.

27. A licitante vencedora deverá executar todos os estudos e controles necessários para assegurar a qualidade e segurança do empreendimento, considerando todas as normas e legislações estabelecidas.

28. Os rejeitos não aproveitados pelo tratamento aplicado aos resíduos deverão ser destinados ao competente aterro sanitário licenciado por órgão de controle competente.

29. O modelo adotado prevê que a responsabilidade e custos do aterro sanitário serão da CONCESSIONÁRIA, portanto, ao fim do CONTRATO, o aterro não será revertido ao PODER CONCEDENTE, assim como seu passivo permanecerá em responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

30. A implantação do aterro próprio no Município, se decisão da CONCESSIONÁRIA, deverá ser feito de forma a observar as diretrizes apresentadas nos cadernos técnicos e CADERNO I MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL.

## **VII. DAS INSTALAÇÕES**

1. Para a prestação dos serviços, a licitante vencedora deverá dispor, no município de Marília, de instalações dotadas de no mínimo:

- a) Prédio administrativo com instalações independentes para uso próprio;
- b) Oficina, almoxarifado provido de ferramentas, estoque de componentes e peças, de forma a poder garantir, com regularidade, a manutenção de seus



- equipamentos, podendo, ao seu critério, implantar outras unidades para perfeita execução dos serviços;
- c) Sala para atendimento de visitantes, palestras e atividades de educação ambiental;
  - d) Refeitório e vestiários especificados conforme as normas do Ministério do Trabalho;
  - e) Guaritas em todos os acessos, dotadas de cancela;
  - f) Casa de balança dotada de banheiro com lavatório e vaso sanitário. A casa de balança deverá ser posicionada de forma a impedir a formação de fila de espera dos veículos;
2. Deverá ser instalada 01 (uma) balança rodoviária para pesagem dos caminhões, com capacidade mínima de 60 (sessenta) toneladas, com plataforma mínima de 18 (dezoito) metros de comprimento por 03 (três) metros de largura, totalmente eletrônicas com células de carga, sem sistema de alavanca, com indicação simultânea de peso bruto, líquido e tara. Deverá contar com módulo indicador digital e saída para computador (dotado de placa fax-modem, para envio de informações "on-line"), interligado com módulo controlador com teclado alfanumérico programável para indicação de hora, data, número consecutivo, placa e demais informações consideradas essenciais. O sistema deverá prever a instalação de célula fotoelétrica para identificação dos veículos. Deverá ser dotada de sistema de proteção contra descargas elétricas e/ou equivalente ao atendimento de recebimento de 200 (duzentos) toneladas por dia gerados atualmente.

### **VIII. DO PESSOAL**

1. Competirá a licitante vencedora a admissão de funcionários necessários ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza.
2. Somente deverão ser admitidos candidatos que se apresentem com boas referências e tiverem seus documentos em ordem. Só poderão ser mantidos em serviço os empregados cuidadosos, atenciosos e educados para com o público.
3. A fiscalização do contrato poderá solicitar a dispensa, a qual deverá se realizar dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Para tanto, deve-se observar a regular apuração da infração ao contrato de trabalho, e que concluir pelo cometimento de falta grave e justa causa para a demissão. Se a dispensa der origem à ação na justiça, o município não terá, em nenhum caso, responsabilidade pelo fato.
4. Para as equipes de trabalho deverão ser fornecidos, em quantidade necessária e suficiente, uniformes, equipamentos adequados de proteção individual e coletiva e ferramentas apropriadas a cada tipo de trabalho.
5. Os funcionários deverão apresentar-se uniformizados e asseados, com blusas fechadas, calças e com calçados profissionais, além de luvas e capas protetoras em dias de chuva, e



de outros eventuais vestuários de segurança, tal como dispositivos refletores nas vestimentas, bonés e outros que as condições do trabalho exigirem.

6. A licitante vencedora será a responsável pela sinalização e pela segurança individual e coletiva, referente à proteção dos trabalhadores e de terceiros, onde os serviços estiverem sendo executados.

7. A licitante vencedora deverá indicar à municipalidade, o nome de seu preposto operacional, responsável pelo acompanhamento dos serviços em campo, que deverá comparecer ao local da execução dos serviços, periodicamente, ou sempre que necessário a critério da fiscalização do contrato.

8. O pessoal deverá ser transportado de maneira adequada e os veículos deverão ser adaptados a tal finalidade e possuir, quando necessário, compartimento para transporte de ferramentas e abrigos exclusivos, adequados e seguros para o transporte de pessoal.

9. A licitante vencedora deverá promover periodicamente cursos e treinamentos aos seus funcionários, de modo a qualificá-los para o exercício das atividades e incorporar novos conceitos de qualidade de serviço. Nesse novo conceito de prestação de serviço, os trabalhadores operacionais deverão estar preparados ao exercício das atividades e a interlocução com a população, transformando-se em agentes de educação e orientação, com relação à limpeza efetiva da cidade, a responsabilidade individual e coletiva e exercício pleno da cidadania.

#### **IX. DO PLANEJAMENTO, FREQUÊNCIA E HORÁRIO**

1. Em até 30 (trinta) dias após a adjudicação da licitação, a licitante vencedora deverá apresentar para aprovação do Poder Concedente, os planos de trabalho para todos os serviços ofertados, em conformidade e observando as diretrizes mínimas, metas e melhorias apresentados neste termo de referência, cadernos técnicos e demais anexos.

2. Caso a licitante vencedora pretenda promover alterações na execução dos serviços, deverá elaborar alteração do plano e submeter à municipalidade para aprovação.

3. Após aprovação do plano de trabalho, será expedida a ordem de serviço autorizando o início da operação.

#### **X. DA OPERAÇÃO DO SISTEMA**

1. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações contidas no edital e anexos, nos termos definidos no licenciamento ambiental e condicionantes, obedecendo as posturas, normas técnicas, padrões e restrições pertinentes a cada serviço específico, bem como a legislação aplicável.

2. A operação deverá seguir o Plano de Trabalho a ser apresentado pela licitante vencedora no processo de licenciamento.

3. As instalações prediais, veículos, máquinas e equipamentos deverão estar em condições de uso no início da operação dos serviços, atendendo ao cronograma mencionado neste Edital.

#### **XI. DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**





1. A quantidade, as marcas, os modelos, a capacidade, e outras características dos veículos e equipamentos, ficarão a critério da licitante vencedora, desde que sejam garantidas as condições adequadas, suficientes e eficientes de execução dos serviços.
2. Os veículos automotores, máquinas e equipamentos apresentados pela licitante vencedora deverão ser adequados e compatíveis com o tipo de serviço e estar disponíveis de acordo com o cronograma estabelecido.
3. Todos os equipamentos utilizados nos serviços deverão atender a legislação ambiental referente à emissão de ruídos e poluentes atmosféricos. Os veículos, máquinas e equipamentos deverão ser mantidos pela licitante vencedora em perfeitas condições de operação, abrangendo o perfeito funcionamento do velocímetro e odômetro, perfeito estado de conservação, pintura e limpeza geral dos veículos e equipamentos.

## **XII. DA FISCALIZAÇÃO**

1. A fiscalização do cumprimento do contrato caberá a municipalidade, através de AGÊNCIA REGULADORA, que exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e qualidade dos serviços prestados, aplicando as penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.
2. Além da fiscalização a ser realizada pela AGÊNCIA REGULADORA, o Poder Concedente manterá Comissão interna para acompanhar, monitorar e avaliar, quando necessário, os serviços executados.
3. As ordens de serviços e toda correspondência referente ao contrato, exceto as de rotinas, deverão ser feitas por ofícios.
4. Sem prejuízo das solicitações de informação requisitadas pela municipalidade e AGÊNCIA REGULADORA acerca do desempenho da concessão, a licitante vencedora se comprometerá a disponibilizar, ao final de cada ano, relatório técnicos contendo: quantidades processadas de materiais em cada uma das etapas e indicadores de performance de tratamento dos resíduos sólidos urbanos.
5. A licitante vencedora obriga-se a permitir que técnicos responsáveis pelo controle, regulação e fiscalização do município e AGÊNCIA REGULADORA tenham acesso livre a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas às máquinas, veículos, equipamentos, ao pessoal e ao material, fornecendo quando forem solicitados, todos os dados e elementos referentes aos serviços.
6. A licitante vencedora está obrigada a reparar eventuais falhas ou defeitos nas obras ou serviços objetos desta licitação, apontadas pela fiscalização da municipalidade e AGÊNCIA REGULADORA, de forma a sanar os problemas identificados para a perfeita continuidade do contrato.

## **XIII. DA COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL**

1. A qualificação técnica da LICITANTE será comprovada mediante:
  - a) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da sede da LICITANTE e de seu(s) responsável(is) técnico(s), comprovando a regularidade da inscrição, obedecidas as disposições do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.



b) Comprovação de aptidão técnica da LICITANTE, através de comprovação de capacidade técnico operacional da empresa para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da LICITAÇÃO, através de atestados acervados em nome de profissionais que comprovem relação fornecidos por pessoas jurídicas de direito público e/ou privado, e que comprovem que a LICITANTE executou, satisfatoriamente, obras e serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional, em municípios com no mínimo 120.000 habitantes, correspondente a 50% dos habitantes do município de Marília conforme IBGE – JUL/2024, (Súmula n. 24 do TCE/SP) referentes aos serviços a seguir indicados:

#### **1.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

- a) Operação e Manutenção de Aterro Sanitário licenciado com capacidade de tratamento de 2.600 (duas mil e seiscentas);
- b) Elaboração de estudo e projeto básico para obtenção de Licença Ambiental para empreendimento denominado unidade de recuperação energética por gaseificação/pirólise de resíduos sólidos domésticos e/ou biodigestão com capacidade de recebimento de 60 (sessenta) toneladas por dia de combustível derivado de resíduos – CDR e/ou 90 (noventa) toneladas de fração orgânica, contido em área de disposição de resíduos sólidos urbanos, aterro sanitário, devidamente licenciado por órgão de controle ambiental Estadual, com capacidade de tratamento mínimo de 180 (cento e oitenta) toneladas por dia de resíduos sólidos domésticos e consequente emissão de Licença Prévia Ambiental emitida, seja para a rota de gaseificação/pirólise e/ou biodigestão para empreendimento licenciado .

1.O(s) atestado(s) / deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do atestante, constando cargo e nome legível do signatário para eventual consulta ou diligência.

2. Em caso de atestado técnico-operacional apresentado sob a forma de consórcio ou empresa do mesmo grupo econômico, considerar-se-á, para fins de atendimento, apenas o quantitativo relativo ao percentual de sua participação.

3. Em caso de apresentação de atestados em nome de empresa do mesmo grupo econômico (ligadas, coligadas ou subsidiárias), ou em forma de consorciada, a LICITANTE deverá apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

4. Só se admitirá somatório de atestados a fim de comprovar todos os serviços executados, e não o quantitativo habitacional exigido, e, somente desde que os serviços tenham sido prestados concomitantemente.

5. Não serão admitidos atestados emitidos em nome de eventuais subcontratadas ou de outras empresas que não sejam as licitantes.

#### **1.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL**

1. Comprovação de aptidão técnica profissional, através da apresentação de CAT(s) - Certidão(ões) de Acervo Técnico de profissional(is) de nível superior que seja(m), comprovadamente, pertencente(s) ao quadro permanente da empresa LICITANTE na data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO, e que comprove(m) ter(em) sido, o(s) referido(s) profissional(is), o(s) responsável(is) pela execução das seguintes obras e serviços de:



### **GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE:**

- a) Projeto arquitetônico estrutura, fração seca de resíduos sólidos domésticos;
- b) Execução de obras estruturais, fundações, terraplenagem, pátio de resíduos;
- c) Câmara de combustão, trocador de calor, turbina, central de geração de energia elétrica;
- d) Supervisão de sistemas térmicos de gaseificação/pirólise

### **BIODIGESTOR**

- e) Execução estrutural de biodigestores, pré-tanque, casa de comando;
- f) Projetos estruturais biodigestores, pré-tanque, casa de comando;
- g) Projeto arquitetônico central biodigestão, sistema resíduos, tubulação gás;
- h) Execução de obras estruturais, fundações, terraplenagem, central e tubulação de gás;
- i) Projeto estrutural, fundações, redes, central e tubulação de gás de biodigestor;
- j) Projeto arquitetônico ETE de biodigestor, fundações, estruturas, redes e central de gás;
- k) Execução central biodigestão, redes, tubulação, metálica, testes;
- l) Execução central biodigestão e biorrefinaria (upgrade biogás/biometano);
- m) Projeto e execução biodigestão para biogás/digestato;
- n) Projeto Central biodigestão para tratamento de resíduos sólidos domésticos – orgânicos;
- o) Supervisão de sistemas térmicos de biodigestão).

1.1.1.O(s) atestado(s) / deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do atestante, constando cargo e nome legível do signatário para eventual consulta ou diligência.

1.1.2. Em caso de atestado técnico-operacional apresentado sob a forma de consórcio ou empresa do mesmo grupo econômico, considerar-se-á, para fins de atendimento, apenas o quantitativo relativo ao percentual de sua participação.

1.1.3. Em caso de apresentação de atestados em nome de empresa do mesmo grupo econômico (ligadas, coligadas ou subsidiárias), ou em forma de consorciada, a LICITANTE deverá apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

1.1.4. Só se admitirá somatório de atestados a fim de comprovar todos os serviços executados, e não o quantitativo habitacional exigido, e, somente desde que os serviços tenham sido prestados concomitantemente.

1.1.5. Não serão admitidos atestados emitidos em nome de eventuais subcontratadas ou de outras empresas que não sejam as licitantes.

### **1.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL**

1. Comprovação de aptidão técnica profissional, através da apresentação de CAT(s) - Certidão(ões) de Acervo Técnico de profissional(is) de nível superior que seja(m), comprovadamente, pertencente(s) ao quadro permanente da empresa LICITANTE na data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO, e que comprove(m) ter(em) sido, o(s) referido(s) profissional(is), o(s) responsável(is) pela execução das seguintes obras e serviços:



- a) Execução estrutural de biodigestores, pré-tanque, casa de comando;
  - b) Projetos estruturais biodigestores, pré-tanque, casa de comando;
  - c) Projeto arquitetônico central biodigestão, sistema resíduos, tubulação gás;
  - d) Projeto arquitetônico edificação pré-fabricada;
  - e) Projeto arquitetônico estrutura, resíduos industriais, central e tubulação de gás;
  - f) Execução de obras estruturais, fundações, terraplenagem, central e tubulação de gás;
  - g) Projeto estrutural, fundações, redes, central e tubulação de gás;
  - h) Projeto arquitetônico ETE, fundações, estruturas, redes e central de gás;
  - i) Execução central biodigestão, redes, tubulação, metálica, testes;
  - j) Execução central biodigestão e biorrefinaria (upgrade biogás/biometano) ETE;
  - k) Projeto e execução biodigestão para biogás/digestato;
  - l) Projeto central biodigestão couro;
  - m) Projeto central biodigestão para tratamento de resíduos domésticos - orgânicos;
2. A experiência anterior do(s) profissional(is) deverá ser comprovada pela apresentação das respectiva(s) CAT(s) – Certidão(ões) de Acervo Técnico, conforme Resolução 1.137, de 03 de Abril de 2023, devidamente registrada(s) na entidade profissional(is) competente, que deverá(ão) conter, no mínimo, o(s) nome(s) do(s) profissional(is), a localização e a identificação da obra e atividade técnica (serviço executado), o período e o(s) quantitativo(s) básico(s) executado(s);
3. No caso de Consórcio, as participantes poderão apresentar os atestados dos responsáveis técnicos de acordo com a regra prevista no item b.2 acima;
4. Os profissionais indicados pela LICITANTE, para fins de capacidade técnica de que trata a alínea "d", deverão participar dos SERVIÇOS, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovados pelo PODER CONCEDENTE;
5. A Comprovação de vínculo do(s) profissional(is), que será realizada mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Trabalho ou ficha de Registro de Empregados do Ministério do Trabalho. No caso de dirigente ou sócio, deve ser apresentado o contrato social com as últimas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial, ou documento específico, igualmente registrado, que contenha a comprovação do cargo do Responsável Técnico, ou ainda como autônomo comprovado com a apresentação do Contrato de Prestação de Serviço.

#### **XIV. RECEITAS DA CONCESSIONÁRIA**

- 1.A CONSÓRCIO/SPE terá direito a receber a CONTRAPRESTAÇÃO pelos SERVIÇOS prestados, nos moldes definidos na minuta do contrato – ANEXO I.
- 2.Com vistas a modicidade da contraprestação, a CONCESSIONÁRIA terá direito à aferição de outras fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, não expressamente previstos na minuta do contrato, desde que a exploração de tais fontes não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços e que sejam previamente autorizadas pelo PODER CONCEDENTE.



3. A exploração de fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados deverá atender a legislação municipal, estadual e federal pertinente, ficando desde já determinado que 1% (um por cento) do resultado contábil líquido da operação deverá ser revertida, direta ou indiretamente, em favor da modicidade da CONTRAPRESTAÇÃO.

4. A exploração do sistema de aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos/industriais terá o objetivo de redução de aterramento de resíduos, bem como aumento da vida útil do aterro sanitário com a consequente diminuição de geração de gases e chorume, contribuindo assim, com o processo de certificação do selo verde azul do Município de Marília. Dessa forma, eventuais receitas apuradas pelo sistema de aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos/industriais deverão servir para abater os investimentos de sua implantação e operação, que serão integralmente custeados pela CONCESSIONÁRIA.

#### **XV. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

1. É imprescindível a informação e orientação da população quanto à questão da limpeza da cidade e a sua responsabilidade no controle e na manutenção de um ambiente saudável.

2. A licitante vencedora deverá, a sua expensa, obrigatoriamente campanhas anuais, implementar instrumentos de educação ambiental voltados para a sensibilização e mobilização da comunidade envolvida. Estes instrumentos deverão estar integrados a um Programa de Educação Ambiental (PEA), estruturado de forma a promover a conscientização ecológica, a participação cidadã e o desenvolvimento sustentável local e com base nas diretrizes mínimas definidas.

3. O PEA deverá contemplar, no mínimo, as seguintes linhas de ação:

- a) Campanhas de sensibilização ambiental;
- b) Promoção de ações informativas em meios físicos e digitais, com foco na redução de impactos ambientais, consumo consciente, separação de resíduos, e preservação de recursos naturais;
- c) Oficinas educativas;
- d) Realização de oficinas temáticas para diferentes públicos (crianças, jovens, adultos e idosos), com atividades práticas sobre reciclagem, compostagem, uso racional da água e energia, entre outros;
- e) Educação ambiental nas escolas;
- f) Parcerias com instituições de ensino para integrar conteúdos ambientais ao currículo escolar, promovendo atividades interativas como gincanas ecológicas, hortas pedagógicas e visitas técnicas;
- g) Formação de multiplicadores ambientais;
- h) Capacitação de líderes comunitários, educadores e colaboradores da própria empresa para atuarem como agentes multiplicadores de boas práticas ambientais;
- i) Acompanhamento e avaliação do PEA;
- j) Criação de indicadores para monitoramento contínuo das ações e relatórios periódicos que permitam avaliar o impacto e alcance das atividades realizadas;



k) O Programa de Educação Ambiental deverá ser elaborado conforme os princípios da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.º 9.795/1999), e poderá ser adaptado conforme as necessidades específicas da comunidade e das orientações do Município de Marília.

#### **XVI. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

Todos os serviços, objeto do EDITAL, deverão ser iniciados imediatamente, a partir da DATA DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS (expedição da ordem de serviço), observado o cronograma abaixo:

**GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE/PIRÓLISE – 30 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**BIODIGESTÃO – 16 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**